

JOGO DE IMPROVISACÃO TEATRAL: GARANTIA DO BRINCAR E DO PROTAGONISMO DE CRIANÇAS EM TRATAMENTO DE SAÚDE

Área Temática: Educação

Ercilia Maria Angeli Teixeira de Paula¹, Wesley dos Santos Borges², Silvia Mara da Silva³, Thaise Fernanda de Lima⁴, Giovana Hellenn Coelho Araujo⁵

¹ Prof.^a Depto de Teoria e Prática da Educação – DTP/UEM e membro do Programa Multidisciplinar de Estudos, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente-PCA-UEM contato:ematpaula@gmail.com

² Aluno do Mestrado em Educação, bolsista CAPES–UEM, contato: wsb_wesleyborges@live.com

³ Aluna do Mestrado em Educação- UEM, contato: ssilva643@gmail.com

⁴ Aluna do Doutorado em Educação- UEM, contato: thaisenandinha@hotmail.com

⁵ Aluna do curso de Pedagogia – UEM, contato: giovanna.helenn@hotmail.com

Resumo. *Este artigo tem como objetivo discutir, problematizar e apresentar as ações lúdicas, culturais e educacionais do Projeto de Extensão “Arte, brincadeiras e literatura: Educação Social em Saúde” desenvolvido na Rede Feminina de Combate ao Câncer (RFCC), em Maringá. O projeto tem o intuito de garantir o direito ao brincar e a cultura para crianças em tratamento de saúde, estimulando assim o seu protagonismo. A metodologia está voltada para rodas de conversas, brincadeiras e promoção da cultura fundamentadas na Educação Popular e Saúde, Educação Social e nos Jogos Teatrais. Como resultados, verifica-se que as crianças aderem melhor ao tratamento quando verificam que o direito a saúde e ao brincar estão garantidos.*

Palavras-chave: Crianças- Brincar - Direitos.

1. A defesa do brincar para crianças em tratamento de saúde

Quando debatemos sobre crianças e adolescentes em tratamento de saúde precisamos ressaltar que esses indivíduos precisam estar inseridos em ambientes que proporcionem o seu desenvolvimento integral por meio da educação e do brincar. Existem legislações específicas que buscam garantir esses direitos, inclusive em hospitais, através das brinquedotecas hospitalares voltadas para o atendimento global desse público. Entretanto, essa realidade não está presente em muitas instituições que proporcionam atendimento para essa faixa etária. O que se nota, na maioria dos hospitais, nos postos de saúde, nas clínicas pediátricas, nas salas de espera e em ambulatórios que atendem crianças é um despreparo das instituições com a garantia desse direito básico que é o brincar. Os ambientes não são voltados para as crianças desde o mobiliário, a arquitetura e infraestrutura que são questões básicas para o acolhimento das necessidades infantis. Também não existem brinquedos e profissionais concursados ou preparados para atender cotidianamente essas crianças.

Quando existem brinquedos, são doados, com pouca qualidade e sem garantia de higienização que necessitam. Quanto aos profissionais que levam o lúdico e a cultura nessas instituições, ou são acadêmicos de projetos de extensão das universidades, ou são voluntários. São raras as instituições que contratam profissionais para garantirem

para essas crianças em tratamento de saúde que continuem sendo crianças e que possam brincar como todas as outras. Em nosso país, de forma equivocada, naturaliza-se que as crianças enfermas ou que possuem doenças crônicas, principalmente as das classes populares, podem receber atendimentos precários quanto às suas necessidades lúdicas. O Estado e a sociedade brasileira ainda não reconhecem as contribuições desses trabalhos lúdicos, educacionais e culturais para o desenvolvimento infantil. É como se o direito ao brincar fosse violado, pois, tem sido tratado como um elemento secundário no cuidado e atenção a essas crianças. Nesse sentido, a defesa do direito ao brincar para essa população é urgente e necessária.

Esse artigo pretende discutir, problematizar e apresentar as ações lúdicas, culturais e educacionais do Projeto de Extensão “Arte, brincadeiras e literatura para a promoção da Educação Social em Saúde” desenvolvido na Rede Feminina de Combate ao Câncer, nesta mesma cidade. Os referenciais teórico-metodológicos estão pautados na Educação Popular, Educação Social e Jogos Teatrais.

2. Improvisação teatral: Um recurso dramático para desenvolver o protagonismo no projeto “Arte, brincadeiras e literatura: Educação Social em Saúde”

O projeto de extensão “Arte, brincadeiras e literatura para a promoção da Educação Social em Saúde” está vinculado ao Programa Multidisciplinar de Estudos, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente (PCA-UEM). Suas¹ ações foram iniciadas em 2015, após aprovação do projeto, no Hemocentro Regional de Maringá. Em 2018, fomos convidados a ampliar o projeto para Rede Feminina de Combate ao Câncer em Maringá. A coordenadora do projeto é da Educação, entretanto, a tônica do projeto é o trabalho de formação de educadores de diferentes cursos. Os estudantes que participam são de diferentes áreas como: Pedagogia, Educação Física, Artes Cênicas e Serviço Social.

Na Rede Feminina de Combate ao Câncer, todas estão em tratamento de neoplasias, apresentam situações variadas de saúde e existem necessidades de adaptações das brincadeiras. As crianças que frequentam as atividades têm idades diferentes. Portanto, os planejamentos, as realidades, os contextos, as histórias de vida e até mesmo os temas de interesses dos jogos de improvisação são diversos. Todas essas questões são discutidas com os estudantes dos projetos nas reuniões quinzenais de planejamento das atividades, bem como com as crianças quando participam do Projeto que é fundamentado na Educação Popular e Saúde, Brasil (2007, 2014), da Educação Social de Muller (2014) e dos Jogos Teatrais, da Viola Spolin (2010).

A Educação Social permeia as ações dos estudantes com as crianças fundamentadas nos princípios descritos por Muller *et al.* (2014, p. 11):

O Educador Social deve ser um promotor “corpo a corpo” da emancipação do sujeito – ele é o profissional que encurta as distâncias entre as necessidades, os direitos e o uso do aparato público, junto com o fortalecimento da pessoa em sua capacidade de ver-se ver o outro e o mundo. Na aproximação do convívio, a subjetividade relacionada á solução de problemas no presente e aos sonhos e esperança no fundo é estratégica e tecnicamente desenvolvida.

¹ Este projeto de extensão foi aprovado pela DEX em 2015 sob o número 4707/2015

O diálogo, a proximidade e a discussão dos direitos são fundamentais. O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) discutido com as crianças e seus familiares em relação às garantias básicas como o direito a saúde como direito fundamental e também, o direito a educação e ao lúdico. O lúdico é um importante aliado no tratamento. Quando uma criança adocece e quando ela precisa enfrentar procedimentos invasivos e dolorosos, é muito difícil convencê-la que retornar ao hospital ou as instituições de saúde lhe fará bem, principalmente quando a criança é pequena. São necessários vários recursos para tornar o ambiente mais atrativo e acolhedor.

Desde o início da humanidade, brinquedos, jogos, brincadeiras e o brincar fazem parte do processo civilizatório. Desta maneira, a relação brinquedo para a criança é fundamental, pois promove o desenvolvimento em todos os aspectos do homem: biológicos, psicológicos, sociais e culturais. Para Friedman (1996) através do brincar a criança constrói seu próprio mundo e tem o poder de criar, recriar e se socializar com outras pessoas.

Partindo dessa perspectiva o jogo de improvisação desenvolve na criança e no adolescente que participam das suas práticas o interesse de levar para a cena teatral todas as experiências que elas vivenciam em seu cotidiano, e quando revivida conduz o educando/jogador a pensar criticamente no que foi exteriorizado, o que o leva a ser protagonista daquela ação. Sobre essa afirmação Chacra (2010) nos apresenta que:

A personalidade do ator (o seu verdadeiro “eu”) está sempre presente durante o desempenho, pois ao mesmo tempo em que ele se reveste de uma máscara, ele também a controla, provoca alterações (mesmo que em graus mínimos e praticamente imperceptíveis), na atuação, em virtude dessa dualidade. Configura-se aí a improvisação através de interpretações que tende a variar (nuanças diferentes de entonação vocal, gesto, marcação etc.) de acordo com o dia-a-dia da vida pessoal do artista (suas reações emocionais, fisiológicas, situações particulares da vida, pressões externas etc.) (CHACRA, 2010, p.17).

Abrão (2013) afirma que durante o período que as crianças realizam tratamento de saúde, elas vivenciam momentos de tensão e medo, fatos estes que acarretam situações desagradáveis como: exames dolorosos, distanciamento do ambiente familiar, faltas recorrentes na escola e outras alterações na rotina da criança e dos adolescentes, conseqüentemente, até mesmo afastamento do trabalho dos familiares que precisam acompanhar seus filhos. Sendo assim, promover o brincar e o protagonismo para essas crianças não é uma atividade somente para passar o tempo, esperar a consulta ou de distração. A garantia e a possibilidade do brincar é garantir o direito de serem crianças, debater suas inquietações e repensar suas vivências. É um ato lúdico e, acima de tudo, político.

3. Considerações Finais – Desafios e Conquistas

O trabalho desenvolvido com as crianças em tratamento de saúde vem demonstrando diversos resultados no decorrer das ações. A possibilidade de questionar sobre a sua rotina de tratamento, da relação da família e da escola nessa trajetória mostra para esses indivíduos que a pesar da pouca idade e da suas patologias, eles também podem ter voz

e solicitar melhorias para suas vidas. E nos mostra também o quão político é o brincar, seja ele voltado para os jogos teatrais ou jogos populares.

6. Referências

ABRÃO, R. K. Quando a Alegria Supera a Dor: Jogos e Brinquedos na Recreação Hospitalar. *Atos de Pesquisa em Educação*. Blumenau, Santa Catarina, Programa de Pós Graduação em Educação, FURB, v. 8, n.1, p.434-464, 2013

BRASIL. *Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990*. Estatuto da criança e do adolescente, 1990, Disponível em <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/camara/estatuto_crianca_adolescente_9ed.pdf>. Acesso em 19 de julh. de 2018

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. *Caderno de educação popular e saúde - Brasília: Ministerio da Saude, 2007. 160 p.:* (Série B. Textos Basicos de Saude)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **II** *Caderno de educação popular em saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 224 p*

CHACRA, Sandra. *Natureza e sentido da improvisação teatral*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

FRIEDMANN, Adriana. *Brincar: crescer e aprender - o resgate do jogo infantil*. São Paulo: Moderna, 1996

SPOLIN, Viola. *Improvisação para o teatro*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

MÜLLER, Veronica Regina; NATALI, Paula Marçal; SOUZA, Cléia Renata Teixeira de; Bauli, RÉGIS Alan; COLAVITTO, Marcelo. BARROSO, Maristela. CARDOZO, Glória. A Educação que falta: desafios profissionais para a emancipação de crianças e adolescentes em situação de rua. *Anais do XX II Seminário Internacional de Investigação sobre Formação de Professores para o Mercosul/Conesul- UFRGS - Porto Alegre, 2014, p. 221*